

Carta Aberta

Defender a Escola Pública é lutar pelo futuro

A Escola Pública em Portugal está exposta a ataques dos seus adversários há vários anos, praticamente desde que foi consagrada em lei como garante do acesso de todos os portugueses a uma Educação de qualidade.

Porém, nunca como agora, com este Governo, viu o seu espaço, e o seu futuro, tão claramente postos em causa.

É certo que os dois partidos que sustentam o atual Governo nunca esconderam a sua predileção pelo ensino privado. Um deles – o CDS/PP – ainda agora se regozija de ter votado contra a Constituição e, pode dizê-lo também, contra a Lei de Bases do Sistema Educativo, para se referirem apenas as leis que enquadram as formas de organização do nosso sistema educativo.

Os motivos foram (são) óbvios: não viram aí contemplado o espaço do ensino privado em condições de igualdade com o previsto para o ensino público.

Só que, PSD e CDS-PP entenderam que é agora o momento certo para imporem aos portugueses o consumo do ensino privado.

Momento certo porquê? Porque se enquadra numa violenta ofensiva contra os serviços públicos, todos, debilitando-os primeiro e desmantelando-os de seguida, no cumprimento escrupuloso da agenda neoliberal que os nossos governantes desenvolvem. Assim sendo, claro que a Educação não poderia ficar de fora!

Propõem-se alargar o financiamento do ensino privado com dinheiro público (na senda do cheque-ensino que o CDS viu recusada em 1986, aquando da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo) e engrossam a prosa com a hipócrita expressão da “liberdade de escolha”, designação usada sem originalidade para encobrir os piores desígnios neoliberais.

Entendamo-nos: esses partidos, e o Governo, que digam aos portugueses em que lei encontram a obrigação de o Estado garantir a todos os cidadãos o acesso à escola privada.

Em contrapartida, é fácil mostrar-lhes as leis onde está plasmado que *“compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população” (nº 1, do artigo 37º, da Lei 46/86)* ou, noutra formulação, *“O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população” (nº 1, do artigo 75º, da Constituição da República)*.

O cumprimento destes preceitos exige que se invista e garanta uma Escola Pública de elevada qualidade para todos, em vez de usar dinheiros públicos para financiar de igual forma ofertas públicas e privadas numa lógica de mercado.

Restarão dúvidas? Só, talvez, da parte de quem não estiver de boa fé, e a esses há que dizer-lhes que as tentativas que encetam são ilegais e claramente inconstitucionais!

Em democracia não vale tudo, e as leis são para se cumprir, por todos e a começar pelo Governo.

A FENPROF apela aos professores, e a toda a população, para que unam esforços, se mobilizem, tornem pública a sua indignação por mais este gravíssimo ataque à Escola Pública, o rechacem e assumam a inequívoca defesa da Educação no nosso país.

O Orçamento do Estado para 2014 atenta gravemente contra a Escola Pública

Como tem vindo a público, o financiamento público a colégios privados é um escândalo. Há colégios financiados em zonas onde não há falta de respostas educativas públicas, há decisores em causas próprias, há turmas financiadas no privado com 14 ou 15 alunos, enquanto nas escolas públicas elas têm 30 ou mais alunos.

Contrariamente ao que é afirmado pelos governantes, nos colégios privados financiados com dinheiros públicos os resultados escolares não são diferentes dos obtidos pelos alunos das escolas públicas. Isto apesar de, por norma, os colégios privados evitarem receber alunos com necessidades educativas especiais que se traduzem em dificuldades de aprendizagem.

É por isso que a Escola Pública é garante de equidade, de igualdade de oportunidades e, ao permitir que todos aprendam juntos, a Escola Pública prepara os nossos filhos para a vida.

Mas o governo quer ir ainda mais longe e, por esse motivo, o Orçamento do Estado para 2014 prevê cortar ainda mais no ensino público e dar ainda mais dinheiro público aos colégios privados. E se dúvidas restassem sobre a intenção do governo bastaria olhar para o chamado guião sobre a reforma do Estado. Esse documento defende a privatização do sistema, apontando para diversas modalidades nesse sentido: cheque-ensino, novo ciclo de contratos de associação ou importação do fracassado modelo de “escolas independentes” noutros países. No que o governo não conseguir privatizar, pretende alijar de responsabilidades remetendo para os municípios ou para as próprias escolas, empurrando-as para a celebração dos chamados “contratos de autonomia”.

Hoje, 26 de novembro, dia em que a maioria PSD/CDS impõe ao país um Orçamento do Estado para 2014 que é verdadeiramente devastador também da Escola Pública, queremos chamar-lhe a atenção para este gravíssimo problema, divulgar-lhe a Carta Aberta em Defesa da Escola Pública e pedir-lhe que se comprometa nesta causa.

Portugal, 26 de novembro de 2013



**Defender
a escola pública
é dever
de todos nós**